



O FALHANÇO DE PORTUGAL NA EUROPA E O INTERIOR

Quando Portugal entrou na União Europeia em 1 de Janeiro de 1986, os portugueses esperavam vir a ter um prolongado período de desenvolvimento económico e social, em especial os do Interior que iriam beneficiar de grandes financiamentos europeus destinados aos Programas de Coesão Territorial. É hoje claro que desde o ano 2000 a participação de Portugal na União Europeia se saldou, em termos económicos, por um rotundo falhanço.



CLEMENTE PEDRO NUNES
PROFESSOR CATEDRÁTICO DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

Apesar de ter recebido da Europa, desde o início deste século, apoios financeiros da ordem dos 120 mil milhões de euros, Portugal praticamente estagnou, registando um crescimento económico residual, da ordem dos 0,3% ao ano.

Em vez de fomentar o investimento gerador de empregos sustentáveis no setor dos bens transacionáveis, deu-se prioridade a um pro-

grama de obras públicas faraónico e ao apoio prioritário aos setores protegidos da economia, a começar pelo setor elétrico em que se concederam FIT-Feed In Tariffs a 6.000 MW de potências intermitentes, a preços delirantes e por prazos muito prolongados.

Por isso, os consumidores portugueses vão estar amarrados até 2032 a um Sistema Elétrico ruinoso, em que são obrigados a pagar 380 Euros/MWh de potências fotovoltaicas intermitentes, quando o preço de mercado é de apenas 40 Euros/MWh. Para

além de terem às costas uma Dívida Tarifária que está nos 3.000 milhões de euros, o que é uma ameaça de subidas futuras ainda mais gravosas do preço da eletricidade.

Com esta falta de estratégia económica, o Governo Sócrates acabou por pedir o auxílio da Troika, em Maio de 2011, para evitar a bancarrota iminente.

Apesar do enorme esforço feito pelos traba-

lhadores e empresários portugueses dos setores transacionáveis, o país continua a arrastar-se a reboque duma política económica que penaliza quem tem que competir em mercado aberto.

É confrangedor vermos que na União Europeia estamos a ser ultrapassados sucessivamente por quase todos os restantes países, em termos de rendimento per capita.

Países como a Polónia e a Hungria que, aquando da queda do comunismo em 1990, tinham um rendimento de apenas um terço do nosso, estão agora a ultrapassar-nos!

E internamente é inadmissível verificarmos como a chuva de milhares de milhões de euros lançados pela Europa para "ajudar a desenvolver as regiões mais desfavorecidas do nosso país" se tenham saldado por uma cada vez maior desertificação económica e social das regiões rurais do Interior Norte e Centro.

O símbolo mais doloroso desse desastre de planeamento da utilização dos recursos que foram postos pela União Europeia à disposição do governo português, foi a tragédia humana provocada pelos fogos rurais de 2017.

Quando mais de 120 portugueses morreram queimados, e se assistiu à ruína de centenas de empresas e propriedades.

Para que valeu tanto dinheiro europeu desperdiçado em "obras de fachada"?

Para que vale receber subsídios para o Interior, se depois o Governo não os utiliza para facilitar a vida económica dos pequenos proprietários agro-florestais e se, pelo contrário, os massacra com coimas para os obrigar a desperdiçar dinheiro em "limpezas de terreno" verdadeiramente contraproducentes?

Numa altura em que se anuncia uma nova "chuva de milhões europeus", é fundamental que estes não sirvam apenas para prolongar este nosso desastroso falhanço na Europa.

Um dos elementos fundamentais para a recuperação de Portugal é que o Interior rural receba finalmente os meios de que necessita para melhor poder utilizar os excedentes de biomassa para produzir energia renovável e, em simultâneo, lutar contra a propagação de fogos florestais.

Assim o exige uma democracia de qualidade.

ID: 7026840 Cores: 4 Cores Tiragem: 13.250 Circulação: 122.220 Área: 306cm² / 33%